

Mercosul tenta acordo para composição do Parlamento

Conselho do Mercado Comum, principal órgão executivo do Mercosul, é responsável por estabelecer o critério de representatividade para o Parlasul, a partir de sugestão apresentada pelo órgão legislativo regional



Leopoldo Silva/Senado Federal

Sessão do Parlamento do Mercosul em Montevidéu: proposta argentina sobre proporcionalidade na casa legislativa foi recusada pelo Brasil; reuniões serão retomadas hoje

O clima de entendimento que predominou na última cúpula do Mercosul não chegou à esfera legislativa. Por falta de consenso, foi retirada da pauta

uma proposta apresentada pela Argentina para a futura composição do Parlamento do Mercosul (Parlasul), que se reúne a partir de hoje, em Montevidéu, no Uruguai. Somente

após o estabelecimento do número de cadeiras a que cada país terá direito é que poderão ser realizadas eleições diretas, em cada um dos quatro países do bloco. 3

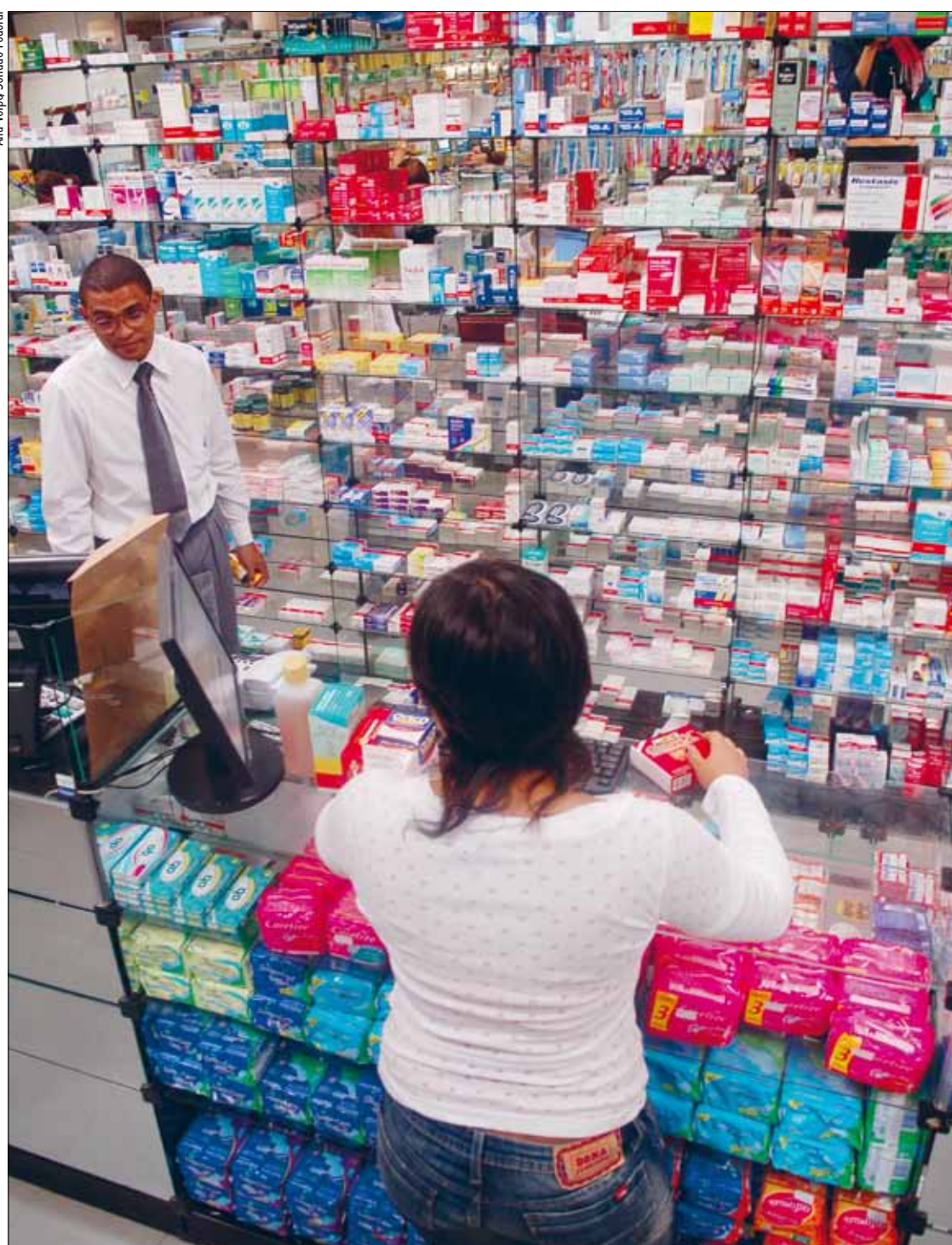
Consenso garantiu 31 votações na CCJ

Pauta da Comissão de Constituição e Justiça da semana passada incluía cem itens. Matérias trataram, entre outros assuntos, de segurança pública, concursos, juizados especiais e prisão de eleitor. 2

Microdestilarias devem ampliar produção de álcool no país

Projeto que cria o Programa de Microdestilarias de Alcool (Promicro), já aprovado pela Câmara dos Deputados, poderá ser examinado na próxima reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. 3

Ano Volpaj/Senado Federal



Sessão presta homenagem a rede acriana de rádio e TV 3

CAE aprova controle sobre remédio para emagrecer

Projeto, que será analisado pela CAS, insere em lei o controle sobre as anfetaminas, hoje exercido com base em resolução da Anvisa. Conheça os males causados pelo uso não controlado desses medicamentos. 4

O aumento do controle a partir de resolução da Anvisa, agora perto de virar lei, provocou a redução do consumo de drogas que inibem apetite

A agenda da comissão incluía cem itens. Os senadores concordaram em analisar 31 deles, aprovando importantes mudanças na área de segurança pública, por exemplo



Integrantes da Comissão de Constituição e Justiça acompanham comentário do senador Pedro Simon (à frente)

Consenso garante votação de boa parte da pauta da CCJ

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisou na última quarta-feira um terço de sua pauta de cem itens, votando 31 deles. Foram 16 projetos aprovados, uma proposta de emenda à Constituição rejeitada, cinco requerimentos e nove ofícios aprovados. De acordo com o presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), foram votadas apenas matérias sobre as quais havia consenso. Veja a seguir algumas delas.

Segurança pública

A CCJ aprovou proposta (PLS 461/07) que reforça a previsão legal de que os presos têm direito à educação. A assistência educacional será oferecida tão logo os presos ingressem no estabelecimento penal, incluindo assim os presos provisórios. Terminativo, o projeto segue para a Câmara. Foi aprovada também proposta que permite ao condenado submetido a regime de prisão fechado ou semiaberto reduzir sua pena se decidir estudar, na proporção de um dia remido para cada 12 horas de frequência escolar.

Atualmente, a Súmula 341 do Superior Tribunal de Justiça (STJ) já reconhece a remissão para o preso que estuda, mas a proporção de estudo para cada dia remido depende da decisão do juiz de execuções penais. O texto da CCJ ainda vai a votação suplementar, antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

Medidas especiais de proteção às testemunhas que colaborarem com as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) na elucidação de crimes e de atos de improbidade administrativa também foram aprovadas pela

CCJ (PLS 243/05) e enviadas à Câmara. Na legislação em vigor, esse tipo de proteção cabe apenas às testemunhas que depõem perante a Justiça.

Prisão de eleitor

A CCJ também aprovou a possibilidade de prisão de eleitor às vésperas dos pleitos. O atual artigo 236 da Lei 4.737/65 proíbe a prisão do eleitor no período de 15 dias antes da eleição a 48 horas depois, exceto nos casos de flagrante delito, por sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou por desrespeito a salvo-conduto. Com a nova redação dada pelo PLS 338/04, apenas os eleitores que são também candidatos aos cargos eletivos, ou membros da mesa ou os fiscais de partido terão essa prerrogativa de não serem presos nesse intervalo. O projeto foi aprovado em caráter terminativo.

Juizados especiais

Outras duas propostas ampliarão o acesso da população aos juizados especiais. O PLS 59/03 cria os juizados especiais itinerantes, que atuarão em áreas rurais ou de menor contingente populacional. Já o PLS 275/03 amplia o valor máximo das ações aceitas pelos juizados especiais cíveis estaduais de 40 para até 60 salários mínimos, como já fazem os juizados especiais federais. Os projetos vão à Câmara.

Concursos públicos

Duas das matérias aprovadas em caráter terminativo mobilizam os concurseiros do país, já que autorizam a criação de novos cargos efetivos no Ministério Público da União (MPU) e

na Agência Nacional de Cinema (Ancine). Para o MPU, o PLS 86/10 prevê 3.749 cargos de nível superior para analista e outros 3.055 para técnico, que, somados às 3.675 vagas autorizadas para funções comissionadas, totalizam 10.479 cargos e funções nos quadros de pessoal dos quatro segmentos do MPU: Federal, do Trabalho, Militar e do Distrito Federal e Territórios. Já a Ancine é autorizada a realizar concurso para o preenchimento de cem cargos.

Garagens

Também foi aprovada proposta que proíbe proprietários de imóveis residenciais ou comerciais de venderem suas vagas de garagem a pessoas estranhas ao condomínio (PLS 219/03).

Endossante

O PLS 166/06, também aprovado, altera o Código Civil para estabelecer que o endossante, salvo cláusula expressa em contrário, responderá pelo cumprimento da prestação constante do título por ele endossado, como devedor solidário, dividindo, assim, a responsabilidade com o devedor do título. O texto vai à Câmara.

Agravo

O projeto que transforma o agravo de instrumento contra recusa de recurso extraordinário ou especial em agravo nos próprios autos (PLC 192/09) também recebeu aval da CCJ. O objetivo da proposição, que vai à Câmara, é dar maior celeridade ao Judiciário, diminuir custos e proporcionar economia de espaço físico, reduzindo os recursos protelatórios.

Alimentação diferenciada para alunos com problema de saúde

As escolas públicas deverão oferecer alimentação especial a alunos que, por problema de saúde, não podem consumir a refeição normalmente servida pelo estabelecimento. É o que determina projeto aprovado quarta-feira da semana passada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). A matéria ainda será analisada em turno suplementar.

O texto inicial da proposta (PLC 187/09) determina a oferta de alimentação diferenciada aos estudantes portadores de diabetes, de hipertensão ou de anemias. No entanto, o relator, senador Paulo Paim (PT-RS), apresentou substitutivo estendendo essa garantia aos alunos com qualquer condição de saúde que justifique dieta especial.

– É necessário que a lei contemple a previsão de alimentação diferenciada para todos



Substitutivo de Paulo Paim terá votação suplementar na CAS

os alunos com necessidades de saúde específicas. Não apenas os portadores de diabetes, hipertensão ou anemias, mas, também, aqueles acometidos de outras doenças que requeiram dietas restritivas, tais como os portadores de alergia ao glúten e à lactose – defendeu Paim.

Engenheiros, arquitetos e corretores de imóveis no Simples

Escritórios de engenharia, arquitetura e de corretagem de imóveis poderão ser incluídos entre os beneficiários do Simples Nacional. A medida foi recomendada em projeto de lei (PLS 90/10 – Complementar) do senador Fernando Collor (PTB-AL) em pauta na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O relator, senador Adelmir Santana (DEM-DF), argumenta que essas profissões carecem de estímulos e valorização. Collor

também ressalta que a Lei do Simples Nacional (Lei Complementar 123/06) já permite o enquadramento de atividades ligadas à construção de imóveis e obras de engenharia em geral e à execução de projetos e serviços de paisagismo, bem como decoração de interiores. Mas a adesão desses grupos profissionais ao Simples Nacional só será possível após o Poder Executivo estimar o montante de renúncia fiscal gerada pela medida.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Segunda-feira

Plenário Sessão de discursos

14h A sessão plenária não tem pauta de votações e será destinada a comunicados da Mesa diretora e a pronunciamentos de senadores.

Terça-feira

Homenagem Rede União de Rádio e Televisão

14h Na hora do expediente, os parlamentares vão homenagear a Rede União de Rádio e Televisão. A empresa foi fundada em Rio Branco em 1988.

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no **Jornal do Senado** pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira
Site: www.senado.gov.br/agencia

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Sylvio Guedes
Diagramação: Iracema F. da Silva, Ronaldo Alves e Osmar de Jesus Miranda
Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
Reportagem: Cíntia Sasse e Rafael Faria
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Senado vai decidir sobre programa de microdestilarias



João Tenório

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) incluiu em sua agenda projeto que cria o Programa de Microdestilarias de Álcool (Promicro). A iniciativa garantirá atendimento prioritário às cooperativas e pequenas propriedades rurais em projetos de assentamento do Incra.

O projeto de lei da Câmara (PLC 32/03) define microdestilaria como a unidade com capacidade de produção de até 5 mil litros de álcool por dia. Determina ainda que os contratos de financiamento de microdestilarias de álcool terão prazo de oito anos, com dois anos de carência. O texto já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Ao chegar ao Plenário, a pedido de Aloizio Mercadante (PT-SP), foi remetido à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O relator na CI, João Tenório (PSDB-AL), verificou a necessidade de incentivar a instalação dessas microdestilarias, de forma a torná-las competitivas frente às grandes unidades de produção. Informações dos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário apontam que não estão cadastradas destilarias com capacidade de produção de até 5 mil litros de álcool diários.

Preço mínimo para produtos da avicultura



Jorge Yanai

Apresentado em junho, o Projeto de Lei do Senado (PLS) 192/10 inclui os produtos da avicultura de corte e de postura entre os amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O autor, senador Jorge Yanai (DEM-MT), afirma na justificativa da proposta que o setor enfrenta até hoje dificuldades em virtude da crise financeira internacional de 2008/2009 e da valorização do real em relação ao dólar.

O projeto estabelece que os produtos da avicultura de corte (aves vivas ou carnes) e da avicultura de postura (ovos) terão sua comercialização apoiadas pela PGPM. O preço mínimo desses produtos será instituído anualmente considerando-se os custos estaduais de produção, apurados pelo governo federal em parceria com a iniciativa privada, sindicatos e organizações representativas dos produtores. A proposta, que está na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), também transforma em permanente a linha de crédito especial que ajuda a financiar o setor desde a crise internacional.

Número de cadeiras a que cada país terá direito no Parlasul pode ser definido em duas etapas. Na cúpula do Mercosul ocorrida semana passada, proposta da Argentina para estender indefinidamente a primeira etapa foi rejeitada



Leopoldo Silva/Senado Federal

Sessão do Parlasul, em Montevideu, este ano: na sessão de hoje, órgão retoma debate sobre proporcionalidade

Falta de consenso entre países adia eleições diretas para o Parlasul

O CLIMA DE entendimento que predominou na última cúpula do Mercosul, realizada semana passada na cidade argentina de San Juan – e que levou à aprovação de decisões como o fim da dupla cobrança da Tarifa Externa Comum (TEC) –, não chegou à esfera legislativa. Por falta de consenso, foi retirada da pauta uma proposta apresentada pela Argentina para a futura composição do Parlamento do Mercosul (Parlasul), que se reúne a partir de hoje, em Montevideu, no Uruguai.

Cabe ao Conselho do Mercado Comum, principal órgão executivo do Mercosul, estabelecer o critério de representatividade para o parlamento, a partir de sugestão apresentada pelo órgão legislativo regional. Somente após o estabelecimento do número de cadeiras a que cada país terá direito é que poderão ser realizadas eleições diretas, em cada um dos quatro países do bloco – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – para a escolha de representantes

em Montevideu, sede do parlamento.

A proposta encaminhada ao conselho, com aval dos parlamentares dos quatro países, estabelece duas etapas para a implantação do chamado critério de representação cidadã. Na primeira etapa, que se estenderia até 2014, Paraguai e Uruguai manteriam seus atuais 18 parlamentares por país, enquanto a Argentina contaria com 26 representantes e o Brasil teria 37. A partir de 2015, a população brasileira passaria a ser representada por 75 parlamentares, e Argentina teria 43, enquanto os dois países menores, Paraguai e Uruguai, manteriam 18 cada um.

A proposta apresentada pela Argentina em San Juan, que não contou com apoio do governo brasileiro, estenderia indefinidamente a primeira etapa. Segundo a proposta, esses números permaneceriam em vigor enquanto se mantivessem as atuais funções e competências do Parlasul.

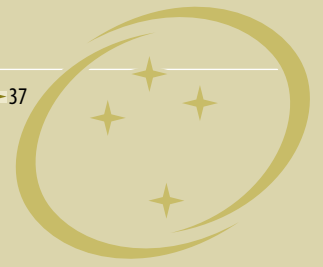
Representação cidadã

até 2014

Brasil ★★★★★★★★★★★★ 37
 Argentina ★★★★★★★★ 26
 Paraguai ★★★★★★★ 18
 Uruguai ★★★★★★★ 18

a partir de 2015

Brasil ★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★★ 75
 Argentina ★★★★★★★★★★★★ 43
 Paraguai ★★★★★★★ 18
 Uruguai ★★★★★★★ 18



Entre as motivações incluídas na introdução da proposta, rejeitada após consulta a parlamentares brasileiros, como o deputado Dr. Rosinha (PT-PR), integrante do parlamento, seria necessário que “as regras para a adoção de decisões e atos do Parlamento do Mercosul, incluindo o quórum, incorporassem o espírito de consenso que rege o funcionamento do bloco”. Por isso, o governo argentino considerou “conveniente avançar em uma implementação parcial do critério de representação cidadã”, para que os estados partes possam organizar as eleições de seus representantes.

Condição

Como a delegação argentina insistiu em condicionar a implantação da segunda etapa da proporcionalidade a mudanças no próprio protocolo constitutivo do parlamento, modificando os quóruns para tomada de decisões, mais uma vez foi adiada a decisão. Dessa vez,

para o período da presidência brasileira no bloco, de agosto a dezembro.

O senador Aloizio Mercadante (PT-SP), atual vice-presidente, deve assumir hoje a presidência rotativa do Parlasul – simultaneamente à presidência brasileira do bloco. Ao longo dos próximos seis meses, ocorrerá uma nova rodada de negociações a respeito do tema, cujo debate será retomado na próxima sessão do parlamento, em Montevideu, onde o principal item da pauta é a própria transferência da presidência para o Brasil.

– Precisamos dar ao Parlamento do Mercosul respeitabilidade política e representatividade, sob o risco de ele se tornar um parlamento secundário – alertou Dr. Rosinha, ao lembrar que, enquanto os representantes dos quatro países não forem eleitos, eles continuarão a ser designados pelos respectivos parlamentos nacionais e exercerão ali apenas um segundo mandato, além dos que já exercem em seus países.

Senadores homenageiam amanhã Rede União de Rádio e TV

O Plenário do Senado homenageia amanhã a Rede União de Rádio e Televisão, no período do expediente da sessão ordinária. O requerimento solicitando a homenagem é de autoria do senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

– A emissora é voltada para a transformação humana, com uma programação que promove a cultura e a informação, e prioriza a juventude brasileira – afirmou Geraldo Mesquita Júnior, ao justificar o pedido de

homenagem.

Fundada em 1988 em Rio Branco, a rede entrou no ar como afiliada da TV Bandeirantes e foi decisiva na história da imprensa no estado do Acre, segundo o senador.

Em 2002, a TV União deixou a rede Bandeirantes e passou a operar como emissora independente. A partir de então, começou a participar das licitações de canais de rádio e televisão realizados pelo Ministério das Comunicações.

Neste ano, a TV União assinou

contratos com emissoras para transmitir jogos internacionais de futebol e outros programas, e mantém o foco na programação destinada aos jovens – com exibição de videocliques e de programas de interesse dessa faixa da população. Promove também enquetes sobre temas de atualidade e programas de entrevistas.

Segundo informações do site da emissora, o jornalismo da TV União é “inovador, criativo e diferenciado”. O noticiário é inserido ao longo de

toda a programação de forma dinâmica.

A atual sede da Rede União é em Fortaleza, onde o grupo tem emissora independente. Além disso, possui emissora própria em Brasília e em Rio Branco, além de parcerias para retransmissão em canal aberto nos seguintes estados: Mato Grosso, Tocantins, Piauí, Rio Grande do Norte, Bahia, Goiás, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo.

Comissão de Assuntos Econômicos acolhe proposta de Marcelo Crivella, relatada por Rosalba Ciarlini, que busca evitar uso ilícito de substância

Projeto determina controle rigoroso sobre anfetaminas

A VENDA DE remédios para emagrecer com base em anfetaminas caiu à metade no Brasil desde 2008, quando passou a vigorar resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) que estabeleceu maior controle sobre essas substâncias. O uso inadequado pode ser extremamente perigoso, causando dependência e distúrbios como ansiedade, insônia e depressão. Até 2007, o Brasil era apontado pela Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes (Jife) – órgão que monitora a aplicação de convenções das Nações Unidas de combate às drogas – como campeão mundial em consumo de inibidores de apetite.

Na semana passada, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou projeto (PLS

63/10) para inserir em lei o controle dos medicamentos do grupo das anfetaminas. A proposta original, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), estabelecia a proibição completa no país de todo tipo de anfetamina, exceto para fins de pesquisa científica. Mas ele acabou concordando com as ponderações da relatora, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que, apesar de reconhecer o perigo dessas drogas, lembrou que elas são também utilizadas para o tratamento de distúrbios como o déficit de atenção e a hiperatividade.

O texto de Rosalba, após passar por uma votação complementar da CAE, será enviado à Comissão de Assunto Sociais (CAS), para decisão terminativa.

Crivella explica que o controle na venda das anfetaminas

melhorou muito no país nos últimos anos, por isso aceitou tornar menos rígida sua proposta. De qualquer forma, ele alerta para a seriedade do problema.

– A anfetamina é um primeiro passo para a cocaína, que é um dos maiores problemas desse país, por sua vinculação com o tráfico e a violência. Os Estados Unidos e a Europa já proibiram a anfetamina.

Entre as anfetaminas, há substâncias lícitas, vendidas em drogarias e farmácias de manipulação, sob fiscalização da Anvisa, e drogas ilícitas, como o *ecstasy* e o *ice*. São estimulantes do sistema nervoso central, que deixam as pessoas em estado de excitação. Também tiram o apetite, sendo usadas no tratamento da obesidade.



Ann Volpe/Senado Federal

Consumo de anfetaminas inibidoras do apetite caiu à metade no Brasil desde 2008

Norma mais rígida diminuiu consumo

Os medicamentos do grupo das anfetaminas mais consumidos no país são os inibidores de apetite anfepramona (ou dietilpropiona) e femproporex, ambos vendidos sob diversos nomes comerciais. De acordo com a Anvisa, em 2009 o consumo total dessas duas substâncias no país foi de 10,2 toneladas (veja quadro). Embora o número absoluto ainda seja alto, representa uma diminuição de 52% em relação a 2006. Nessa estatística só entram as vendas regulares. A Anvisa não tem estimativa do consumo nacional de medicamentos obtidos no mercado negro, alimentado pelo contrabando e pela oferta ilegal pela internet.

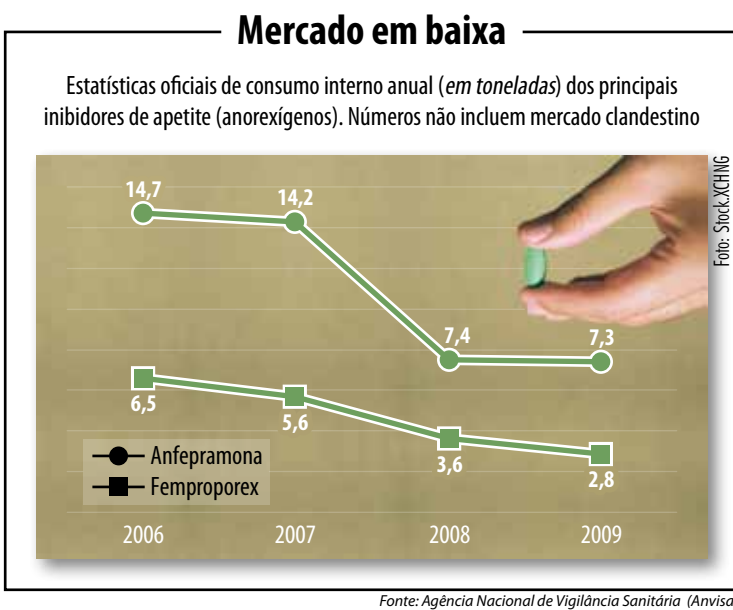
A redução do consumo de anorexígenos recebeu elogio, em relatório de 2009 da Junta Internacional de Fiscalização de Entorpecentes, órgão que havia acendido o alerta sobre a gravidade do problema no Brasil, tendo apontado o país como o maior consumidor mundial de inibidores de apetite em 2007. Segundo o coordenador de Produtos Controlados da Anvisa, Elmo Santana, três

fatores levaram à diminuição do consumo legal de anorexígenos: uma resolução da agência, de 2007, que enrijeceu as regras para a prescrição e venda desses medicamentos; a implantação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Produtos Controlados (SNGPC); e um maior rigor na fiscalização. Segundo Santana,

norma administrativa – afirma.

Desde 1998, a venda de inibidores de apetite já era equiparada à dos psicotrópicos, com exigência de retenção de receita (formulário azul) e de notificação à agência reguladora. A resolução de 2007, que passou a vigorar em 2008, apontando o “elevado risco sanitário relacionado ao consumo indiscriminado de substâncias psicotrópicas anorexígenas”, ampliou o controle, estipulando tempo limite de tratamento em 30 dias por receita e estabelecendo uma dose diária máxima (veja quadro). As normas atuais também proibem a associação com outros medicamentos, como ansiolíticos, diuréticos, hormônios e laxantes, que pode ser muito perigosa.

A criação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Produtos Controlados, em 2008, facilitou o monitoramento por meio do tratamento estatístico mais rápido dos dados sobre as vendas: farmácias de manipulação e drogarias são obrigadas a registrar digitalmente as receitas e enviá-las à Anvisa.



as medidas previstas no texto da senadora Rosalba Ciarlini, aprovado pela CAE, sobre o controle dos medicamentos do tipo anfetamina, já são tomadas, mas ele ressalta que a previsão legal será fundamental para inibir contestações judiciais.

– É importante prever em lei, que tem muito mais força que uma resolução da diretoria colegiada da Anvisa, que é uma

Uso foi comum durante a Segunda Guerra Mundial

As anfetaminas são drogas sintéticas, desenvolvidas na Alemanha em 1887, que estimulam a atividade cerebral. Por aliviam o cansaço (embora a fadiga possa se apresentar de maneira ainda mais pronunciada ao fim do efeito), foram amplamente utilizadas pelas forças militares durante a Segunda Guerra Mundial. Depois da guerra, os governos tiveram de lidar com soldados que desenvolveram dependência.

Conforme o Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), vinculado à Universidade Federal de São Paulo, a aceleração da atividade cerebral proporcionada pelas anfetaminas deixa o usuário mais “elétrico” e “desperto”. Além da aplicação mais usual no Brasil, como inibidores de apetite, essas drogas, popu-

larmente conhecidas como “rebites” ou “bolinhas”, são ingeridas por profissionais que precisam estender a jornada ao limite. O exemplo mais comum é dos caminhoneiros que têm de cumprir prazos apertados de entrega de cargas. O uso também é verificado entre estudantes que passam noites em claro estudando. As drogas ilícitas *ecstasy* (MDMA) ou *ice* (metanfetamina) também fazem parte do grupo das anfetaminas.

Causando perda de sono e de apetite, as anfetaminas levam o organismo a funcionar acima de sua capacidade, o que é prejudicial à saúde. Quando a pessoa que faz uso de maneira não controlada e supervisionada por um médico para de tomar, sente o efeito inverso – falta de energia (astenia) –, sentindo-se deprimida e incapacitada.

Consumo em expansão no mundo

De acordo com o Relatório Mundial sobre Drogas 2010, produzido pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, enquanto a produção mundial de cocaína vem diminuindo (caiu entre 12% e 18% de 2007 a 2009), registra-se “um aumento no consumo de substâncias do tipo anfetamina (ATS, na sigla em inglês) e no abuso de medicamentos sob prescrição em todo o mundo”.

“O número global de pessoas que usam estimulantes do tipo anfetamina, estimado em algo entre 30 e 40 milhões, em breve deverá ultrapassar o número somado de usuários de opiáceos e de cocaína”, informa. Assim, as anfetaminas – as lícitas e as

ilícitas – ocuparão o segundo lugar em consumo de drogas no mundo, atrás da maconha.

O relatório da ONU também ressalta a dificuldade no combate à expansão dessas drogas, pois o mercado é mais difícil de ser controlado que os da cocaína e da heroína, por exemplo. A rota do tráfico é muito curta, já que a produção ocorre perto dos principais mercados de consumo. Além disso, “muitas das matérias-primas são legais e amplamente disponíveis”.

Com relação ao Brasil, o relatório da instituição empregado de 2005 segundo o qual a taxa de uso de anfetaminas é de 0,7% da população entre 15 e 64 anos.

Cuidados no uso de inibidores de apetite

O coordenador de Produtos Controlados da Anvisa, Elmo Santana, recomenda precauções com os anorexígenos

→ Jamais comprar esse tipo de remédio pela internet ou outros meios irregulares. O comércio só é permitido em farmácias de manipulação e drogarias sob o acompanhamento da agência reguladora e fiscalizadora.
→ Não tomar nenhum outro medicamento como parte do

tratamento contra obesidade, como ansiolíticos, antidepressivos, laxantes, diuréticos, hormônios e anti-hipertensivos. Essa associação é proibida, e os médicos que infringirem podem ser denunciados ao Conselho Regional de Medicina.
→ Não exceder as doses máxi-

mas que são autorizadas:
• **femproporex**: 50 mg por dia
• **fenfermina**: 60 mg por dia
• **anfepramona**: 120 mg por dia
• **mazindol**: 3 mg por dia
→ Não ultrapassar o tempo máximo de tratamento, pois o prolongamento do uso pode causar dependência e necessi-

dade de doses cada vez maiores (efeito de tolerância). A validade das receitas é de 30 dias.
→ Recusar as chamadas “bombas de emagrecimento”, que contêm anfetaminas e outras substâncias, pois a mistura é proibida e pode ser prejudicial.